

ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE DESPESAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PUBLIC BUDGET: AN ANALYSIS OF EXPENDITURE ITEMS IN BUDGET EXECUTION

*PRESUPUESTO PÚBLICO: UN ANÁLISIS DE LOS ELEMENTOS DE GASTOS EN LA
EJECUCIÓN PRESUPUESTARIA*

Dayana Trento

Autora. Bacharel em Ciências Contábeis (USJ), aluna do curso MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Servidora Pública na função de Técnica em Contabilidade da UFSC.

Verginia Stella Serenato

Orientadora. Professora licenciada em Matemática (UEPG); Especialista em Finanças (FAE); Especialista em Gestão de Pessoas (UTP), Mestre em Engenharia da Produção (UFSC), Orientadora de TCC do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os elementos de despesa com valores mais relevantes na execução orçamentária da Universidade Federal de Santa Catarina entre os anos de 2012 a 2016, mostrando sua evolução ao longo desses anos. Para um maior entendimento ela foi subdividida em cinco títulos; o primeiro apresenta a introdução. Na sequência trata-se da metodologia, indicando que a natureza da pesquisa é aplicada, o objetivo é descritivo, a abordagem é predominantemente quantitativa e a coleta de dados é bibliográfica e documental. O segundo trata da análise da pesquisa, conceituando Orçamento Público, Receitas, Despesas e Execução Orçamentária. No terceiro é apresentado o enquadramento da UFSC na Administração Pública, sua missão, visão, valores e um breve histórico. E por fim a análise dos dados da Execução Orçamentária. No quarto estão as considerações finais e no quinto as referências. Constatou-se, através dos dados coletados no Sistema Integrado de Administração Financeira que dentre os trinta e um elementos utilizados na execução orçamentária, dez representam 94,73% das despesas totais, sendo os 5,27% restantes divididos entre os outros vinte e um elementos de despesas, denotando-se a relevância desses dez em relação à execução orçamentária total. Esses dez são: Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil que representam 36,83% do total das despesas executadas; Aposentadoria do RPPS com 21,41%; Outros Serviços de Terceiros com 17,38%; Obrigações Patronais com 7,52%; Pensões com 3,23%; Obras e Instalações com 2,39%; Auxílio Financeiro a Estudantes com 2,06%; Auxílio Alimentação com 1,46%; Equipamentos e Material Permanente com 1,29%; e Contratação por Tempo Determinado com 1,17%.

Palavras-chave: Despesa orçamentária. Elemento de despesa. Execução orçamentária.

ABSTRACT

This research aims to analyze the expenditure items with the most relevant values in the budget execution of the Federal University of Santa Catarina between the years of 2012 to 2016, showing its evolution over the years. For a better understanding it was subdivided into five titles, the first being the introduction. It follows with the methodology, indicating that the nature of the research is applied, the objective is descriptive, the approach is predominantly quantitative and data collection is bibliographical and documentary. The second title deals with the analysis of the research conceptualizing Public Budget, Revenues, Expenses and Budget Execution. In the third it is presented the framework of the UFSC in Public Administration, its mission, vision, values and a brief history. And the analysis of the data of the Budget Execution. In the fourth are the final considerations, and in the fifth, the references. It was verified through the data collected in the Integrated System of Financial Administration that among the thirty-one elements used in budget execution ten

Orçamento público: uma análise dos elementos de despesas na execução orçamentária

represent 94.73% of total expenses, the remaining 5.27% being divided among the other twenty-one elements of expenditures, denoting the relevance of these ten in relation to the total budget execution. These ten are: Salaries and Benefits Civil Personnel representing 36.83% of the total expenses incurred; Retirement of RPPS with 21.41%; Other Third Party Services with 17.38%; Employee Obligations with 7.52%; Pensions with 3.23%; Works and Installations with 2.39%; Financial Aid Students with 2.06%; Food Aid with 1.46%; Equipment and Permanent Material with 1.29%; and Determined Time Hiring with 1.17%.

Keywords: Budget expenditure. Expenditure items. Budget execution.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar los elementos del gasto con valores más relevantes en la ejecución presupuestaria de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) entre los años 2012 a 2016, considerándose su evolución a lo largo de esos años. Para mejor comprensión, el trabajo se dividió en cinco títulos; el primero presenta la introducción. Luego, se describe la metodología, indicando que se trata de una investigación aplicada, su objetivo es descriptivo y el abordaje es predominantemente cuantitativo; la recolección de datos es bibliográfica y documental. El segundo capítulo presenta el análisis de la investigación, con los conceptos de Presupuesto Público, Superintendencia de Administración Tributaria, Gastos y Ejecución Presupuestaria. En el tercero se presenta la ubicación de la UFSC en la Administración Pública, su misión, visión, valores y una breve reseña histórica. Allí se hace también el análisis de la Ejecución Presupuestaria. En el cuarto, están las consideraciones finales y en el quinto las referencias. Se constató, a través de los datos recolectados en el Sistema Integrado de Administración Financiera que, entre los treinta y un elementos utilizados en la ejecución presupuestaria, diez representan el 94,73% del total de gastos, y los 5,27% restantes se dividen entre los demás veintinueve elementos de gastos, lo que evidencia la relevancia de esos diez respecto a la ejecución presupuestaria total. Ellos son: Salarios y Beneficios del Personal Civil, que representan el 36,83% del total de los gastos ejecutados; Jubilaciones de RPPS con 21,41%; Otros Servicios de Terceros con 17,38%; Obligaciones Patronales con 7,52%; Pensiones con 3,23%, Obras e Instalaciones con 2,39%, Auxilio Financiero a Estudiantes con 2,06%; Auxilio Alimentación con 1,46%, Equipos y Materiales Permanentes con 1,29%, y Contratación por Tiempo Determinado con 1,17%.

Palabras-clave: Gastos presupuestarios. Elementos de gastos. Ejecución presupuestaria.

INTRODUÇÃO

O orçamento público vem sendo usado como uma ferramenta fundamental para a transparência por parte dos órgãos públicos. Através do orçamento é possível que a sociedade acompanhe as receitas e despesas previstas. Além das realizadas, estas últimas são vistas por meio do acompanhamento da execução orçamentária.

Dessa forma este tema é importante para a sociedade como um instrumento de transparência pública, pois serão utilizados os dados da execução orçamentária da Universidade Federal de Santa Catarina para analisar-se em que Elementos de Despesas se concentra a maior parte das despesas orçamentárias executadas e sua evolução no tempo. Já para o meio acadêmico e para a ciência, se tornará uma fonte de pesquisa para futuros trabalhos nesta área de orçamento público.

Diante disso tem-se por objetivo analisar os Elementos de Despesas com valores mais relevantes na Execução Orçamentária da Universidade Federal de Santa Catarina entre os anos de 2012 a 2016, mostrando sua evolução ao longo desses anos.

O artigo está estruturado em cinco principais títulos: o primeiro trata da própria introdução; o segundo, da análise da pesquisa onde será conceituado Orçamento Público, Receitas Orçamentárias, Despesas Orçamentárias e Execução Orçamentária. Ainda na análise será apresentada a metodologia, fazendo a devida correlação da pesquisa com as classificações quanto à natureza da pesquisa, objetivos, abordagem do problema, e forma de coleta de dados.

No terceiro título trataremos do enquadramento da Universidade Federal de Santa Catarina na Administração Pública, sua missão, visão, valores e um breve histórico. E por fim a análise dos dados da Execução Orçamentária, demonstrando os Elementos de Despesas com valores mais relevantes da citada Autarquia Federal entre os anos de 2012 a 2016.

No quarto capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa e no último as referências de materiais bibliográficos e documentos utilizados na elaboração desse artigo.

Metodologia

Quanto à natureza da pesquisa: é de natureza aplicada. Conforme cita Gil (2010, p. 27), a pesquisa aplicada “é voltada para a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”; assim, no presente artigo realizou-se a aquisição de conhecimentos acerca da temática do orçamento público afim de aplicá-los na análise dos Elementos de Despesas com valores mais relevantes da execução orçamentária da UFSC.

Segundo os objetivos, a pesquisa é descritiva; conforme afirmam Cervo; Bervian; Silva (2007. p. 61) essa pesquisa “[...] procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características [...]”. Assim, nesta pesquisa procurou-se analisar os valores mais relevantes na execução das despesas entre os anos de 2012 a 2016.

Quanto à abordagem do problema: ela é predominantemente quantitativa, sendo que para obtenção da resposta ao problema de pesquisa, foi necessária a organização dos

dados em quadros e a submissão a cálculos para se chegar aos dados para análise (GIL, 2010).

Com relação aos procedimentos técnicos para coleta de dados, esta pesquisa é bibliográfica, sendo que foi necessária a utilização de material já publicado, constituído de livros, manuais, leis e também de informações disponibilizadas na Internet. É também documental, por que foi utilizado documento emitido pelo setor de orçamento da UFSC, através no Sistema informatizado SIAFI. Conforme explicam Cervo; Bervian; Silva (2007. p. 60) com a pesquisa bibliográfica “[...] busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”. E de acordo com Gil (2010), a pesquisa documental vale-se de documentos elaborados com diferentes finalidades, inclusive com essa finalidade de controle da execução orçamentária por meio de sistema de informações.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir será iniciada a análise da Execução Orçamentária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), começando pelos conceitos de Orçamento Público, Receitas e Despesas Públicas, Elementos de Despesas e Execução Orçamentária. Na sequência será abordada a metodologia utilizada para elaboração desta pesquisa.

Orçamento Público

O orçamento é “um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período” (MCASP Parte 1, 2016, p. 34).

Silva e Vasconcelos (1997, p. 25) também contribuem afirmando que o orçamento público pode ser definido como “[...] uma lei autorizativa, por meio do qual o governo consolida seu programa de trabalho, expresso em termos monetários, priorizando as necessidades coletivas, além de compatibilizá-las com os recursos previstos para o período [...]”. Ou seja, o orçamento autoriza as despesas por meio dos programas de trabalho para o período de um ano.

Corroboram Piscitelli e Timbó (2010, p. 49) afirmando que “O orçamento é um instrumento que expressa a alocação dos recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento”. Esses programas devem ter relação com a solução de determinado problema e terem um público-alvo específico; deve haver relação entre o problema com o programa criado para resolvê-lo.

Essa integração envolve um sistema de planejamento integrado, que é composto pelo Plano Plurianual, que inclui as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos; pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que compreende as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte; e a Lei Orçamentária Anual que contempla as ações a serem executadas para o alcance dos objetivos que foram planejados no Plano Plurianual em obediência à Lei de Diretrizes Orçamentárias (KOHAMA, 2010).

O orçamento anual é dividido em Orçamento Fiscal, que abrange os Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; em Orçamento da Seguridade Social, que evidencia as despesas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social; e em Orçamento de Investimento, que compreende as despesas de capital das empresas nas quais a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, direta ou indiretamente detenham a maioria do capital com direito a voto (SILVA; VASCONCELOS, 1997).

No Brasil, o Orçamento Anual obedece à técnica do Orçamento-Programa, que foi introduzido pela Lei 4.320/64 e pelo Decreto-Lei 200/67; essa técnica tem como preocupação a identificação dos custos dos programas, dos objetivos e das metas, propiciando a formalização dos programas com a finalidade de se alcançar essas metas e objetivos definidos (JUND, 2008).

O processo orçamentário é composto das seguintes etapas: fixação das metas de resultado fiscal, previsão ou estimativa da receita, cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central, fixação dos valores para despesas obrigatórias, determinação dos limites para despesas discricionárias, elaboração das propostas setoriais, processo legislativo e sanção da lei, execução orçamentária e suas alterações (PISCITELLI; TIMBÓ, 2010).

Receitas Públicas

De acordo com Jund (2008, p. 154), receita é “[...] todo o recebimento ou ingresso de recursos arrecadados pela entidade com o fim de ser aplicado em gastos operacionais e de administração, ou seja, todo recurso obtido pelo Estado para atender às despesas públicas”. No entendimento deste mesmo autor a receita pública consiste em ingressos financeiros originados da ação e de atributos inerentes à instituição, constituindo elemento novo no patrimônio.

Kohama (2010) complementa afirmando que a receita pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja em dinheiro ou bens, que o governo tem direito de arrecadar, devido a leis, contratos ou qualquer outro meio legal, cujo valor arrecadado lhe pertença ou que figure apenas como depositário do valor que terá que ser devolvido futuramente.

Portanto, constituem Receita “para fins de elaboração do orçamento, as previsões de recursos que se espera arrecadar durante o exercício financeiro, destinados a dar suporte às despesas programadas, também para o mesmo período” (SILVA; VASCONCELOS, 1997, p. 27).

Diante disso, afirma Giacomoni (2003, p. 132) “por serem recursos orçamentários de variada natureza e origem, é necessário classificá-los [...]”. Assim as receitas precisam ser classificadas para um melhor entendimento e futuramente uma melhor execução.

Sendo assim, para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser: efetiva, aumentam o Patrimônio Líquido; ou não-efetiva, não aumentam o Patrimônio Líquido, são apenas mutações entre elementos do patrimônio (MCASP Parte 1, 2016). Ainda de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as receitas podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias:

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias.

O MCASP Parte 1 (2016) traz ainda a informação de que a utilização da classificação da receita orçamentária é obrigatória para todos os entes da federação, sendo facultativo

o desdobramento das peculiaridades de cada órgão. Neste sentido as receitas orçamentárias são classificadas segundo os critérios de Natureza, Fonte/Destinação de Recursos e Indicador de Resultado Primário.

Despesas Públicas

Segundo o MCASP Parte 1 (2016, p. 69) o “orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período”. Para o setor público, é muito importante, pois é a lei do orçamento que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. “A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”.

Jund (2008, p. 201) contribui conceituando despesa pública como “[...] conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público a qualquer título, a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos [...]”. Assim como nas receitas, nas despesas também temos algumas classificações, uma delas é quanto à natureza; pois a despesa que pode ser orçamentária e extraorçamentária.

No MCASP Parte 1 (2016, p. 69) podemos identificar os conceitos de cada classificação. “Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada”. E dispêndio extraorçamentário “é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas [...] decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios”. A despesa ainda pode ser efetiva, aquela que altera o patrimônio líquido, ou não efetiva, aquela que não altera o patrimônio líquido; é mera permuta entre elementos do patrimônio.

Ainda existem, conforme o MCASP Parte 1 (2016), outras formas de se classificar as despesas. A primeira é a institucional, que “reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária”. A segunda é a funcional, ela “segrega as dotações orçamentárias

em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação, em que área, de ação governamental a despesa será realizada”. A terceira organiza as despesas por estrutura programática em que “os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações”. Em quarto lugar a despesa pode ser classificada por natureza, que se divide em: Categoria Econômica (correntes e de capital); Grupo de Natureza da Despesa, (Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida); e Elemento de Despesa, que varia conforme o tipo de despesa executada. Esta classificação por elemento terá um tópico específico adiante devido à sua importância no desenvolvimento da pesquisa.

As despesas também apresentam diferentes estágios no momento da execução, que compreendem procedimentos específicos, tais estágios são: o empenho, a liquidação e o pagamento. (PISCITELLI; TIMBÓ, 2010). Jund (2008) acrescenta que existe, antes desses três, um estágio chamado de fixação, que foi consagrado pela doutrina com objetivo de vedar a concessão de créditos ilimitados e a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários e adicionais.

Elementos de Despesas

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 o elemento de despesa tem como finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros; além dessas subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Esse entendimento já existia desde a Lei 4320/64 onde se afirmou que “entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins”. Giacomoni (2003) acrescenta que a classificação por elementos é a mais analítica delas e sua finalidade básica é propiciar o controle contábil dos gastos.

A Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 indica que “É facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para atendimento das

necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária”. Portanto pode-se desdobrar, se necessário, o elemento para fins de controle do próprio órgão.

Assim como citado, os elementos que podem ser utilizados na execução orçamentária são vários, com isso a pesquisa se limitará a conceituar os dez elementos que correspondem aos mais relevantes na execução do orçamento da UFSC, conforme definidos no MCASP Parte 1 (2016):

01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares: despesas com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos, e de reserva remunerada e reformas dos militares.

03 – Pensões do RPPS e do Militar: despesas com pagamento de pensões civis do RPPS e dos militares.

04 – Contratação por Tempo Determinado: despesas com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais.

11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: despesas com vencimento ou salários; subsídios; gratificações; adicionais; vantagens pecuniárias; férias; aviso prévio; 13º salário; e outras despesas correlatas de caráter permanente.

13 – Obrigações Patronais: despesas com encargos trabalhistas, resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência.

18 – Auxílio Financeiro a Estudantes: despesas com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes comprovadamente carentes, e concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudante.

39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação; fretes e carretos; locação de imóveis; locação de equipamentos e materiais permanentes; software; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros; serviços de asseio e higiene; serviços de gráfica; serviços funerários; entre outros.

46 – Auxílio-Alimentação: despesas com auxílio-alimentação pagas aos servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta.

51 – Obras e Instalações: despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

52 – Equipamentos e Material Permanente: despesas com aquisição de aparelhos, utensílios e equipamentos em geral; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações; instrumentos musicais e artísticos; máquinas em geral; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; entre outros materiais permanentes.

Execução Orçamentária

Silva; Vasconcelos (1997, p. 42) afirmam que a execução orçamentária “é a utilização dos créditos orçamentários e adicionais, nos programas de trabalho constantes do orçamento”. Jund (2008) acrescenta que “constitui-se objetivamente, da fase de execução da despesa, devendo-se observar a Lei Orçamentária Anual e consistindo das etapas de empenho, liquidação e pagamento dos compromissos assumidos”.

Segundo Jund (2008) a lei orçamentária começará a ser executada pelos órgãos a partir do início do exercício financeiro, logo após a publicação do Quadro de Detalhamento da Despesa; este quadro trata da autorização dada pela lei, em nível de projeto, atividade, operação especial e de elemento de despesa. Neste momento a Secretaria do Tesouro Nacional, no caso da União, providencia a consignação da dotação orçamentária a todos os órgãos e ministérios que a partir disso poderão executar os seus programas de trabalho, fazendo a emissão de empenhos, registro da liquidação da despesa, emissão de ordens bancárias e registro de arrecadação da receita. Conforme o site do Tesouro Nacional (2017):

Uma vez publicada a LOA, observadas as normas de execução orçamentária e de programação financeira da União estabelecidas para o exercício e lançadas as informações orçamentárias, fornecidas pela Secretaria de Orçamento Federal, no SIAFI, por intermédio da geração automática do documento Nota de Dotação –

ND, cria-se o crédito orçamentário e, a partir daí, tem-se o início da execução orçamentária propriamente dita.

Portanto, executar o Orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas, seguindo os três estágios da execução das despesas previstos na Lei nº 4320/64: empenho, liquidação e pagamento (TESOURO NACIONAL, 2017).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

De acordo com o Estatuto da UFSC (2011), a universidade é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação; é uma instituição de ensino superior e de pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. A sua missão é:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. (UFSC, 2017)

Além da missão pode-se destacar a visão, que é “Ser uma universidade de excelência e inclusiva”. E também os valores que são: Acadêmica e de Qualidade, Inovadora, Atuante, Inclusiva, Internacionalizada, Livre e Responsável, Autônoma, Democrática e Plural, Bem Administrada e Planejada, Transparente e Ética. (UFSC, 2017)

A instituição foi “fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Sua comunidade é constituída por cerca de 50 mil pessoas, entre docentes, técnicos-administrativos em Educação e estudantes” (UFSC, 2017).

A partir dos anos 80, a UFSC “passou a investir intensamente na expansão da pós-graduação e pesquisa, além de apoiar a criação de centros tecnológicos no estado de Santa Catarina e desenvolver uma série de projetos de extensão voltados à sociedade” (UFSC, 2017).

A universidade possui uma trajetória de 56 anos, dedicados à formação do ser humano. Com os seus alicerces no ensino, pesquisa e extensão. O reconhecimento social que recebe a coloca entre as melhores universidades do país e da América Latina – devido ao empenho e dedicação dos seus alunos, servidores docentes e técnico-administrativos.

Orçamento público: uma análise dos elementos de despesas na execução orçamentária

“A UFSC afirma-se, cada vez mais, como uma instituição social de ensino superior, comprometida com a construção de uma sociedade justa e democrática” (UFSC, 2017).

Elementos de despesas com valores mais relevantes na Universidade Federal de Santa Catarina

A execução orçamentária da UFSC que ocorreu entre os anos de 2012 a 2016 pode ser observada na sequência, esses dados foram coletados com o Departamento de Gestão Orçamentária através do sistema informatizado chamado SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e organizados em planilha pela pesquisadora para um melhor entendimento. As despesas executadas foram organizadas por Elementos de Despesa, conforme proposto para realizar a análise dos elementos com os valores mais relevantes.

Após a organização desses dados fez-se a análise vertical dos dados atribuindo ao total de despesas 100% e comparando cada Elemento de Despesa executado com a despesa total do período, dessa forma pode-se inferir cada percentual apresentado na planilha. Conforme a seguir:

Quadro 1: Despesas executadas por Elemento de Despesas da UFSC

Elementos	Ano 2012	%	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%
01	192.224.056,71	17,62%	241.347.242,75	19,91%	274.503.137,32	22,33%	307.275.106,55	23,87%	336.229.824,47	23,29%
03	31.621.382,79	2,90%	36.538.042,95	3,01%	40.232.965,48	3,27%	44.933.326,01	3,49%	49.900.579,66	3,46%
04	13.186.911,97	1,21%	16.684.784,61	1,38%	13.636.835,68	1,11%	14.706.917,60	1,14%	14.346.120,70	0,99%
07		0,00%	24.704,12	0,00%	228.040,49	0,02%	841.666,81	0,07%	1.412.569,51	0,10%
08	550.798,07	0,05%	527.468,33	0,04%	736.755,54	0,06%	745.500,74	0,06%	2.249.018,33	0,16%
11	360.886.885,57	33,07%	414.780.630,40	34,22%	474.202.948,48	38,57%	519.533.506,95	40,36%	547.218.123,88	37,91%
13	78.172.630,82	7,16%	82.146.615,67	6,78%	94.523.641,81	7,69%	106.270.795,64	8,26%	111.238.072,86	7,71%
14	2.834.990,69	0,26%	2.527.999,08	0,21%	2.681.177,91	0,22%	2.421.172,53	0,19%	2.054.707,86	0,14%
16	412.662,78	0,04%	336.543,84	0,03%	380.247,55	0,03%	418.402,15	0,03%	410.181,45	0,03%
18	22.268.254,85	2,04%	22.705.096,35	1,87%	27.858.021,90	2,27%	27.962.575,85	2,17%	28.357.420,95	1,96%
20	54.035,37	0,00%	34.245,93	0,00%	23.647,69	0,00%		0,00%		0,00%
30	11.316.045,49	1,04%	12.691.564,49	1,05%	10.030.245,01	0,82%	9.245.422,71	0,72%	12.171.469,55	0,84%
31	15.734,64	0,00%	54.713,50	0,00%	31.128,50	0,00%	11.664,00	0,00%	15.863,75	0,00%
32	242.944,71	0,02%	213.288,41	0,02%	144.207,72	0,01%	293.109,17	0,02%	258.049,04	0,02%
33	5.660.644,00	0,52%	6.072.280,38	0,50%	6.056.796,95	0,49%	4.223.063,11	0,33%	1.861.690,70	0,13%
35	82.015,60	0,01%	27.200,00	0,00%	19.575,00	0,00%	18.585,00	0,00%	4.800,00	0,00%
36	2.932.778,58	0,27%	3.613.651,72	0,30%	4.423.070,55	0,36%	3.519.269,30	0,27%	4.577.210,71	0,32%
39	232.569.119,89	21,31%	255.156.486,03	21,05%	200.286.099,45	16,29%	163.912.424,38	12,73%	224.040.674,67	15,52%

41	77.063,92	0,01%	103.770,71	0,01%	116.721,10	0,01%	68.822,00	0,01%	148.002,04	0,01%
46	14.384.197,40	1,32%	17.727.427,20	1,46%	17.815.385,13	1,45%	18.416.032,99	1,43%	23.325.426,20	1,62%
47	673.941,95	0,06%	587.710,59	0,05%	731.165,93	0,06%	693.321,19	0,05%	869.733,58	0,06%
49	703.929,92	0,06%	672.982,36	0,06%	594.345,74	0,05%	624.486,63	0,05%	766.418,10	0,05%
51	26.089.816,19	2,39%	45.895.001,70	3,79%	20.226.074,16	1,65%	26.530.521,67	2,06%	29.744.489,16	2,06%
52	26.246.539,08	2,41%	17.041.464,23	1,41%	16.473.101,75	1,34%	8.913.412,20	0,69%	8.567.119,05	0,59%
59		0,00%		0,00%	75.836,97	0,01%	81.115,24	0,01%	65.355,24	0,00%
61	22.500.000,00	2,06%	10.500.000,00	0,87%		0,00%		0,00%		0,00%
91	28.031.838,36	2,57%	6.650.042,92	0,55%	7.041.301,56	0,57%	7.591.211,97	0,59%	7.364.768,01	0,51%
92	7.115.637,17	0,65%	3.806.593,29	0,31%	1.313.342,64	0,11%	3.689.853,70	0,29%	19.250.947,42	1,33%
93	9.199.188,87	0,84%	11.442.959,83	0,94%	11.732.184,09	0,95%	11.635.984,59	0,90%	14.460.104,83	1,00%
94		0,00%	304,15	0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
96	1.068.044,20	0,10%	2.134.085,28	0,18%	3.296.217,88	0,27%	2.761.553,92	0,21%	2.605.409,61	0,18%
Total	1.091.122.089,59	100,00	1.212.044.900,20	100,00	1.229.414.219,98	100,00	1.287.338.824,60	100,00	1.443.514.151,33	100,00

Fonte: SIAFI, adaptado pela autora (2017)

Importante salientar que as despesas executadas acima contemplam o Orçamento Anual e as Descentralizações Orçamentárias recebidas pela UFSC. Continuando a análise, verificou-se a média do percentual acumulado nos anos de 2012 a 2016, para se constatar quais os dez elementos de despesas que possuem os valores mais relevantes para a Execução Orçamentária da UFSC. A evolução dos valores pode ser notada no quadro 2 a seguir, que foi organizada de cima para baixo pelos elementos mais executados, mostrando o percentual em relação à despesa total executada em cada ano.

Quadro 2: Elementos de Despesas com valores mais relevantes da UFSC

Elementos	Ano 2012 R\$	%	Ano 2013 R\$	%	Ano 2014 R\$	%	Ano 2015 R\$	%	Ano 2016 R\$	%
11	360.886.885,57	33,07%	414.780.630,40	34,22%	474.202.948,48	38,57%	519.533.506,95	40,36%	547.218.123,88	37,91%
01	192.224.056,71	17,62%	241.347.242,75	19,91%	274.503.137,32	22,33%	307.275.106,55	23,87%	336.229.824,47	23,29%
39	232.569.119,89	21,31%	255.156.486,03	21,05%	200.286.099,45	16,29%	163.912.424,38	12,73%	224.040.674,67	15,52%
13	78.172.630,82	7,16%	82.146.615,67	6,78%	94.523.641,81	7,69%	106.270.795,64	8,26%	111.238.072,86	7,71%
03	31.621.382,79	2,90%	36.538.042,95	3,01%	40.232.965,48	3,27%	44.933.326,01	3,49%	49.900.579,66	3,46%
51	26.089.816,19	2,39%	45.895.001,70	3,79%	20.226.074,16	1,65%	26.530.521,67	2,06%	29.744.489,16	2,06%
18	22.268.254,85	2,04%	22.705.096,35	1,87%	27.858.021,90	2,27%	27.962.575,85	2,17%	28.357.420,95	1,96%
46	14.384.197,40	1,32%	17.727.427,20	1,46%	17.815.385,13	1,45%	18.416.032,99	1,43%	23.325.426,20	1,62%
52	26.246.539,08	2,41%	17.041.464,23	1,41%	16.473.101,75	1,34%	8.913.412,20	0,69%	8.567.119,05	0,59%
04	13.186.911,97	1,21%	16.684.784,61	1,38%	13.636.835,68	1,11%	14.706.917,60	1,14%	14.346.120,70	0,99%

Fonte: SIAFI, adaptado pela autora (2017)

No quadro 3 demonstrou-se a descrição dos elementos de despesa e os percentuais médios que justificam a ordem de valores mais relevantes. Estes valores foram encontrados somando-se os percentuais dos cinco anos de cada elemento de despesa em

Orçamento público: uma análise dos elementos de despesas na execução orçamentária

análise e dividindo por 5, que representa o total de anos em análise. Chegou-se assim nos dez que possuem os valores mais representativos.

Quadro 3: Os dez Elementos de Despesas com valores mais relevantes na UFSC

Elementos de Despesa		Média % acumulado de 2012 a 2016
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	36,83%
01	Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	21,40%
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17,38%
13	Obrigações Patronais	7,52%
03	Pensões do RPPS e do Militar	3,23%
51	Obras e Instalações	2,39%
18	Auxílio Financeiro aos Estudantes	2,06%
46	Auxílio Alimentação	1,46%
52	Equipamentos e Material Permanente	1,29%
04	Contratação por Tempo Determinado	1,17%
	Total	94,73%

Fonte: SIAFI, adaptado pela autora (2017)

Com isso pode-se notar que os gastos mais relevantes da UFSC nos anos de 2012 a 2016 foram, em primeiro lugar, os Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil que representaram quase 37% do total de despesas desses 5 anos, seguidos em segundo lugar pelas despesas com Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares que refletem 21,40%, em terceiro lugar Outros Serviços de Terceiros com 17,38% e em quarto lugar as Obrigações Patronais que representam 7,52%.

Em quinto lugar ficaram as Pensões do RPPS, em torno de 3%, em sexto e sétimo lugar, ficaram em torno de 2%, os elementos Obras e Instalações e Auxílio Financeiro aos Estudantes. As três últimas posições dos dez elementos com valores mais relevantes ficaram em torno de 1% para Auxílio Alimentação, Equipamentos e Material Permanente e Contratação por Tempo Determinado.

Nota-se, portanto, que dentre os trinta e um elementos utilizados na execução dessa Autarquia, esses dez destacados na pesquisa representam 94,73% das despesas totais, sendo os 5,27% restantes divididos entre os outros vinte e um elementos de despesas. Dessa forma, pode-se constatar que esses dez elementos apontados acima representam as despesas executadas com valores mais relevantes nos últimos cinco anos (2012 a 2016) na Universidade Federal de Santa Catarina e observar através dos quadros a evolução dos valores ao longo desses anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar os elementos de despesas com valores mais relevantes na execução orçamentária da UFSC entre os anos de 2012 a 2016. Observaram-se como resultado deste problema de pesquisa os dez elementos com os maiores valores executados e demonstrou-se nos quadros a evolução desses valores ao longo dos cinco anos estudados.

Esses elementos são: Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil representando 36,83% do total das despesas executadas; Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares com 21,41%; Outros Serviços de Terceiros com 17,38%; Obrigações Patronais com 7,52%; Pensões do RPPS com 3,23%; Obras e Instalações com 2,39%; Auxílio Financeiro aos Estudantes com 2,06%; Auxílio Alimentação com 1,46%; Equipamentos e Material Permanente com 1,29%; e Contratação por Tempo Determinado com 1,17%.

Nota-se, portanto, que dentre os trinta e um elementos utilizados na execução dessa Autarquia, esses dez destacados na pesquisa representam 94,73% das despesas totais, sendo os 5,27% restantes divididos entre os outros vinte e um elementos de despesas, constatando-se a relevância desses dez em relação à execução orçamentária total.

Para que esta conclusão fosse possível, conceituou-se Orçamento Público, Receitas Orçamentárias, Despesas Orçamentárias e Execução Orçamentária. Apresentou-se o enquadramento da Universidade Federal de Santa Catarina na Administração Pública, sua missão, visão, valores e um breve histórico. E por fim analisaram-se os dados da Execução Orçamentária, demonstrando através de quadros, os elementos de despesas com valores mais relevantes da Autarquia Federal entre os anos de 2012 a 2016. Os percentuais apresentados foram calculados considerando o percentual de participação de cada elemento na execução orçamentária total.

Os dados que alimentaram os quadros foram extraídos do sistema informatizado chamado SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) pelo setor de orçamento da UFSC, área responsável pela execução orçamentária da universidade. As informações recebidas foram organizadas em planilhas, transformadas em quadros e analisadas para se chegar ao objetivo da pesquisa.

Sugere-se a continuidade desta pesquisa buscando analisar o quanto desses elementos de despesas são para as despesas administrativas e o quanto são para as despesas com ensino, pesquisa e extensão. É preciso considerar que ambas fazem parte do cumprimento da missão institucional da UFSC, e que se tem por objetivo analisar como otimizar os recursos para o desenvolvimento da Universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da UFSC**. O presente Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução n.º 065/78, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da Portaria n.º 56 de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer do n.º 779/CFE/81). Disponível em: <http://estrutura.ufsc.br/files/2011/04/estatuto_ufsc_agosto2008.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001**. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=182633>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; Silva, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUND, Sergio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: Teoria e 850 questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público: Parte 1 Procedimentos Contábeis Orçamentários**. 7. ed. Brasília: 2016.

SIAFI, Sistema Integrado de Administração Financeira. **Orçamento Fiscal e de Seguridade Social de 2012 a 2016**. Acesso em: 27 set. 2017

SILVA, Jair Cândido da; VASCONCELOS, Edilson Felipe. **Manual de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública**. 1. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

TESOURO NACIONAL. SIAFI. **Execução orçamentária**. [2017]. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/execucao-orcamentaria>>. Acesso em: 11 out. 2017.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Estrutura da UFSC**. [2017]. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Missão, Visão e Valores**. [2017]. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/missao/>>. Acesso em: 11 out. 2017.